

JOGOS DE LINGUAGEM, IMAGEM AGOSTINIANA E OSTENSÃO

LANGUAGE-GAMES, AUGUSTINIAN IMAGE AND OSTENSION

*Daiane Lemes Pereira*¹

Resumo: O objetivo de Wittgenstein, quando desenvolveu o conceito de ‘jogos de linguagem’ (na obra *Investigações Filosóficas*), era a solução, ou melhor, a dissolução dos problemas filosóficos através do esclarecimento do funcionamento da linguagem. O objetivo do presente ensaio se determina a apresentar o contexto filosófico no qual Wittgenstein desenvolveu seu conceito. A temática se justifica, uma vez que, os argumentos de Wittgenstein, na elaboração de sua concepção de significado como *uso* da linguagem, foram fomentados pelo referido contexto. Desse modo, mostraremos que o contexto envolve, por um lado, uma *imagem essencialista da linguagem*, que se estabelece enquanto *estrutura de pensamento*, da qual derivam inúmeras teorias filosóficas. E, por outro lado, envolve o conceito de *ostensão*, empregado como fundamento daquela imagem de linguagem. Diante de tal cenário, e contraposto a ele, Wittgenstein demonstra os pontos falhos da imagem essencialista da linguagem, e o caráter arbitrário da ostensão que faz do seu emprego, como fundamento linguístico, uma fonte de equívocos filosóficos. A crítica, de Wittgenstein, conduz ao abandono de muitos elementos essencialistas da linguagem. No entanto, não vê, na arbitrariedade da ostensão, um motivo para justificar seu abandono. Antes, vê uma premissa para argumentar que, longe de ser o fundamento da linguagem, a ostensão funciona apenas como mais uma regra gramatical. Por fim, concluiremos que uma melhor compreensão, sobre o funcionamento da linguagem, pode ser alcançada quando deixamos de olhar para ela sob o prisma da imagem essencialista da linguagem e, por conseguinte, quando empregamos a ostensão como uma regra gramatical.

Palavras-chave: Wittgenstein. Jogos de Linguagem. Ostensão.

Abstract: Wittgenstein’s aim with ‘language-games’ (in *Philosophical Investigations*), was the solution, best said, the dissolution of philosophical problems by clarifying the functioning of language. The purpose of this essay is determined to present the philosophical context in which Wittgenstein developed his concept. The theme is justified, since Wittgenstein’s arguments, in the elaboration of his conception of meaning as the use of language, were fostered by the referred context. So, we are going to show that the context involves, on the one hand, an essentialist conception of language, established as a structure of thought from which numerous philosophical theories derive. And involves the concept of ostension, used as the foundation of that conception, on the other. Faced with this setting, and opposed it, Wittgenstein demonstrates the flawed points of the essentialist image of language, and the arbitrary character of the ostension that makes its use, as a linguistic foundation, a source of philosophical misunderstandings. Wittgenstein’s criticism leads to the abandonment of many essentialist elements of language. However, it does not see, in the arbitrariness of ostension, a reason to justify its abandonment, but to argue that, before being the foundation of language, ostension functions only as another grammatical rule. Finally, we conclude that a better understanding of the functioning of language can be achieved when we stop looking at it through the prism of the essentialist image of language and, therefore, when we use ostension as a grammatical rule.

Keywords: Wittgenstein. Language-Games. Ostension.

¹ Aluna do Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. E-mail: daia.uffs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6708-1699>.

Introdução

A temática deste ensaio é apresentar o contexto filosófico dos ‘jogos de linguagem’, conceito exposto por Wittgenstein na obra *Investigações Filosóficas*. Esta discussão é pertinente, uma vez que pode servir de auxílio para todo aquele que busca compreender os argumentos que Wittgenstein desenvolve, na elaboração de sua concepção de significado como *uso* da linguagem. À vista disto, nossa intenção é vislumbrar, a partir dos apontamentos obtidos na análise bibliográfica, o contexto filosófico do qual emerge os jogos de linguagem. O contexto, em epígrafe, é marcado pela maneira tradicional que a filosofia concebe a relação humana com a linguagem. Ele envolve, por um lado, uma imagem essencialista da linguagem, a qual concebe a relação linguística como sendo uma relação palavra/objeto. E, por outro lado, envolve o conceito de ‘ostensão’, empregado em caráter *fundamental*, que serve de estrutura para aquela imagem.

Diante de tal contexto, e contraposto a ele, Wittgenstein critica fortemente a visão essencialista da linguagem, evidenciando as dificuldades e perplexidades que dela decorrem. Sua crítica conduz ao abandono de muitos dos elementos, contidos nesta imagem de linguagem, os quais estão presentes na história da filosofia. O abandono destes elementos abre espaço para novas maneiras de olhar a relação entre mundo e linguagem. Esta abertura permite Wittgenstein lançar sua proposta – não teórica – de relação linguística. Em razão desta característica *não-dogmática* a proposta, de Wittgenstein, toma forma no papel desempenhado pelo *uso* das palavras, enquanto critério de significação, bem como no papel desempenhado pelos jogos de linguagem, enquanto objetos de comparação.

O problema filosófico, ao qual podemos associar este ensaio, é o problema do significado que, a partir da análise filosófica, busca esclarecer a nossa relação linguística com o mundo. Para entender esta relação, presumimos ser importante considerar o que esperamos receber, em resposta, quando questionamos o significado de uma palavra. Seria algum tipo de entidade? Ou seria uma ação ou um comportamento? É possível afirmar que, até o Wittgenstein das *Investigações*, a filosofia da linguagem embasava sua análise na palavra, ou proposição, que retrata ou representa coisas – ou estado de coisas. Desta maneira, a resposta para o significado de um termo linguístico era obtida pela referência a entidades (empíricas ou abstratas). Logo, e de acordo com esta perspectiva, a referência ocupa um lugar central na resposta à questão do significado. Por

consequência, “temos a *redução* da linguagem humana voltada somente à sua capacidade assertórica” (ARAÚJO, 2004, p. 99). Mas, na medida em que a referência passa de questão central à questão periférica, a própria noção de linguagem, antes restrita à formulações revestidas de valor de verdade, modifica-se, ampliando-se para os jogos de linguagem. Wittgenstein amplia nossa relação com a linguagem ao propor que o significado linguístico é o *uso* que fazemos dos termos. A concepção de significado como uso da linguagem – que se assenta nos conceitos de ‘jogos de linguagem’, ‘formas de vida’, ‘semelhança de família’ e ‘seguir regras’ - é apresentada por Wittgenstein como alternativa às concepções de significado tradicionais, as quais consideram a relação palavra/objeto como fundamento da linguagem.

Isto posto, passamos, então, para o desenvolvimento deste ensaio, apresentado nas seguintes etapas: (i) inicialmente nossa discussão versará sobre a imagem essencialista da linguagem – ou ‘Imagem Agostiniana da Linguagem’ –, e sobre a crítica de Wittgenstein, contida principalmente nas *Investigações Filosóficas*, em desfavor dessa imagem. Veremos que, segundo Wittgenstein, os limites com os quais a imagem essencialista se compromete, ao usar a definição ostensiva como critério fundamental para o significado linguístico, tornam-na, em certa medida, onerosa em demasia; (ii) esta explanação conduz a discussão para o passo seguinte no qual apresentamos a argumentação, de Wittgenstein, em defesa do uso da ostensão como uma regra gramatical. Wittgenstein não *elimina*, da linguagem, o uso da definição ostensiva. Apenas *realoca* o conceito tirando-o de um lugar privilegiado, no qual foi posto pela imagem essencialista da linguagem, inserindo-o dentro da gramática. Isto porque, na argumentação de Wittgenstein, a ostensão é empregada como um critério de correção da aplicação de um termo, não como o critério de verdade; (iii) em razão disto, em um terceiro momento, nossa atenção recai sobre a análise dos alcances, e limites, da ostensão como uma regra gramatical; (iii) por fim, concluímos que uma melhor compreensão, sobre o funcionamento da linguagem, pode ser alcançada quando deixamos de olhar para ela sobre o prisma da imagem essencialista da linguagem e, por conseguinte, quando deixamos de empregar a ostensão como o critério fundamental do significado, passando a usá-la como regra gramatical. Adotar esta postura apresenta a vantagem de inibir o nosso ímpeto na busca pela essência das coisas, bem como nos afastar de equívocos e problemas filosóficos.

I

Mesmo não abordando, diretamente, o conceito de jogo de linguagem a presente discussão trata do que pode ser admitido como o ponto de partida que levou Wittgenstein a forjar o seu conceito. Nosso objetivo é apresentar o cenário de onde emergem os jogos de linguagem, visto que é para aquele cenário que estes apontam, tornando evidentes os seus pontos falhos. Além disso, nos interessa comentar a crítica que Wittgenstein levanta em desfavor da imagem essencialista da linguagem, uma vez que ao tratar do assunto, nas *Investigações*, o autor procede à refutação das teses que estavam no fundamento desta imagem. Por isso, para problematizá-la, antes foi necessário apontar a sua existência.

De acordo com Baker e Hacker² (2005), os primeiros parágrafos das *Investigações* são dedicados a estabelecer uma crítica à busca filosófica pela essência da linguagem, e às relações entre o nome (elemento, termo ou expressão linguística) e o nomeado (objeto ou elemento extralinguístico). Wittgenstein abre as *Investigações* com uma citação de Agostinho de Hipona, na qual Santo Agostinho descreve como aprendeu sua língua materna. A criança, descreve ele, percebe que os adultos mantêm certa relação com os objetos. Os adultos nomeiam objetos e se movem em direção às coisas que nomeiam. Conseqüentemente, a criança compreende que o objeto para o qual o adulto se move é representado por um determinado som. Então, conforme a criança ouve as palavras articuladas, nas frases, gradualmente aprende *quais objetos as palavras significam* e, no devido tempo, passa a usá-los para expressar seus próprios desejos (B&H, 2005). Wittgenstein detectou nesta descrição *uma imagem ou concepção da essência da linguagem humana*: a saber “as palavras da linguagem denominam objetos – as sentenças são ligações de tais denominações. - Nesta imagem da linguagem encontramos as raízes da ideia: *toda palavra tem um significado*. Este significado é atribuído à palavra; ele é o objeto que a palavra designa” (IF §19)³.

A imagem, à qual Wittgenstein se refere, é a imagem agostiniana da linguagem. Nesta imagem, a essência da linguagem humana é concebida, sobretudo, a partir das ideias de que (i) as palavras nomeiam objetos e (ii) sentenças são combinações de palavras que nomeiam fatos (IF §1). Wittgenstein chama atenção para como a concepção de *nomeação* é admitida como imagem da essência da linguagem, visto que ‘nomear’ parece

² Faço uso da sigla ‘B&H’, em citações diretas e indiretas, para remeter à obra de Baker e Hacker.

³ Faço uso da sigla ‘IF’ para remeter à obra *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein

ser a maneira natural pela qual o ser humano concebe o funcionamento da linguagem. Afinal, ensinamos às crianças que determinada cor é denominada de ‘azul’; que chamamos um determinado objeto de ‘vinil’; que fazer ‘isso’ é o que significa ‘ouvir música’, e assim por diante. Deste modo, pronunciar a palavra e apontar para um objeto parece ser a maneira *correta* de conceber o que uma determinada palavra significa. Este ensino, denominado *ostensivo*, é amplamente utilizado no ensino das crianças (B&H, 2005). Além disso, encorajamo-las a encadear palavras em sentenças. Por exemplo, se quisermos ensinar para uma criança as palavras ‘azul’, ‘vinil’ e ‘ouvir’, a partir de seu encadeamento em uma sentença, dizemos: “Estou ouvindo o vinil azul do Pink Floyd”. Este comportamento não destoa do que acontece no cotidiano das pessoas e, ao que parece, não representa maiores problemas no uso da linguagem comum. O problema surge ao filosofar, quando, muitas vezes, tendemos a empregar estas imagens, ditas naturais, como fundamento para uma teoria explicativa do significado.

Na §2 das *Investigações*, Wittgenstein afirma que este “conceito filosófico do significado é comum em toda representação primitiva do modo como a linguagem funciona. Mas pode-se dizer também que se trata de uma representação de linguagem mais primitiva que a nossa” (IF §1). Desta imagem primitiva da linguagem, segundo a qual cada palavra possui um significado, se segue uma variedade de usos *equivocados* dos conceitos sobre a linguagem (B&H, 2005). A título de exemplo, podemos citar o conceito de *ostensão*, muito utilizado na filosofia da linguagem, que pode ter o seu uso questionado.

O uso da definição por ostensão opera totalmente dentro da imagem essencialista da linguagem. De tal sorte, opera por meio de uma relação linguística, na qual cada termo adquire *um* significado a partir do processo de denominação: palavras denominam objetos e proposições denominam fatos. A relação linguística, prescrita pela imagem agostiniana da linguagem, presume que linguagem e realidade são âmbitos distintos e separados, unidos pela definição ostensiva. Desta conjectura deriva o aparente caráter fundamental da ostensão, como sendo o elemento essencial que une linguagem e realidade. Ela serve, podemos dizer, como pano de fundo para a imagem agostiniana. Visto que é a partir da ostensão que os filósofos derivam suas teorias do significado, e é nela que eles ancoram sua argumentação. A partir disto, é possível inferir que a relação ostensiva, entre mundo e linguagem, fora admitida como *certa (algo que é dado)* na análise filosófica. Wittgenstein, por sua vez, vai questionar exatamente este caráter, aparentemente dado, da ostensão. O que o autor questiona não é a existência ou a funcionalidade da ostensão, na

vida humana. Mas o lugar que ela ocupa na imagem agostiniana da linguagem, qual seja, o lugar privilegiado de critério *único* da significação.

Para entender melhor a interdependência entre imagem agostiniana da linguagem e o conceito de ostensão, bem como a crítica feita por Wittgenstein, é interessante notar que, em uma primeira reflexão acerca do conhecimento das coisas do mundo, e sobre a convenção de que esse conhecimento é acessado *por meio* da linguagem – e sobre o que a linguagem fala do mundo – não parece problemática a relação existente entre o que nomeia (linguagem) e aquilo que é nomeado (mundo). Isto é, concebemos de forma intuitiva que, por um lado, temos o mundo com seus objetos, ações, entidades e fatos (o real) e, por outro lado, temos a linguagem com nomes para as referências do mundo (o simbólico). Esta é a imagem que adotamos para *explicar* o funcionamento da linguagem e o processo de significação. E é a partir deste ponto de vista que aprendemos a lidar com a linguagem.

Sendo, então, a maneira dita natural de pensar em como o ser humano se relaciona linguisticamente com o mundo, a imagem agostiniana da linguagem molda as pressuposições de fundo de muita reflexão filosófica sobre o tema. Ela produz o que Wittgenstein chamou de concepção filosófica primitiva da linguagem. O aspecto primitivo aqui é, acima de tudo, conceber o *nomear* como a essência da linguagem e critério único de significação. É de acordo com esta concepção que teses como (i) cada palavra tem um significado; (ii) este significado está correlacionado com a palavra e (iii) o significado de uma palavra é o objeto que ela representa (B&H, 2005, p.25), foram levantadas.

O mesmo raciocínio está contido no argumento de que, se a função essencial das palavras é nomear as coisas, então a função essencial das sentenças é descrever como as coisas são, ou estão, no mundo (em uma proposição com valor de verdade). A ideia de que a ‘descrição’ faz parte da *essência* da linguagem é um corolário da tese de que a essência das palavras é nomear coisas, e que sentenças são, por sua vez, combinações de nomes. Segundo Baker e Hacker (2005), a concepção agostiniana da linguagem “não é uma teoria da linguagem”, muito menos “uma teoria sobre o significado linguístico”. “Antes, pode ser concebida como uma estrutura de pensamento, dada como certa antes mesmo de qualquer reflexão sistemática, dentro da qual operam muitas das teorias e especulações filosóficas acerca da linguagem” (B&H, 2005, p. 3)⁴.

⁴ Tradução da autora.

A estrutura de pensamento, mencionada na passagem acima, refere-se à concepção agostiniana da linguagem e, principalmente, à sua tese essencialista de que cada palavra possui um significado. Em virtude desta tese ser comumente aceita é que aquela estrutura é dada como certa. Ao questionar o que é dado, Wittgenstein questiona pressupostos até então incontestáveis, visto que nada parecia ser mais acertado do que a ideia de que cada termo possui um significado que justifique sua existência.

À face do que foi exposto, e antes de examinar as críticas de Wittgenstein, parece conveniente investigar no que implica, para uma teoria, adotar os pressupostos agostinianos, isto é, investigar algumas das maneiras em que relatos articulados da linguagem podem, de acordo com Wittgenstein, ser desenvolvidos dentro desta estrutura primitiva de pensamento. Esta investigação se mostra relevante, quando consideramos o grande número de pensadores que se empenharam em registrar suas reflexões sobre a importância da concepção ostensiva da linguagem (B&H, 2005, p. 27).

Para ilustrar essa gama de escritos cita-se, inicialmente, o que de modo geral ficou conhecida como *teoria do significado*, a qual, ao tentar responder como os termos da linguagem adquirem significado, fornece a tese de que cada palavra significativa *nomeia* algo. De acordo com este tipo de teoria, ter um significado é nomear uma entidade. Nomear é representar algo em um processo de significação, com o auxílio de uma simbologia, e somente palavras que nomeiam possuem significado. A palavra é, dentro desta concepção, a unidade mínima significativa da linguagem. A própria teoria admite que há palavras, em uma sentença, que não representam nada no mundo. “Estas palavras *não são significativas*” (B&H, 2005, p. 27), mas desempenham, dentro da linguagem, um papel diferente do nomear, *e.g.*, a palavra ‘aqui’ em uma sentença como: “aqui dentro” que, mesmo não se referindo a nenhum objeto ou entidade, diferente dela mesma, ainda assim é possível entender o que ela diz. Palavras que não nomeiam funcionam somente no âmbito linguístico *auxiliando*, na comunicação, os termos significativos que, por sua vez, nomeiam algo no mundo.

Adotar esse tipo de teoria, para explicar nossa relação com a linguagem, implica em concordar com a concepção de que a entidade que uma palavra representa é o que ela significa. Logo, o significado de uma palavra é obtido a partir *do que* ela representa, em um cenário onde são vários os tipos de entidades que ocupam o lugar do significado das palavras. Estes tipos de entidades tendem a variar de acordo com as diferentes compreensões filosóficas. “Certas correntes induzem a pensar que as palavras representam as entidades *na realidade*, tal como objetos, propriedades, relações, e assim

por diante” (TLP, 3.203 e 3.22)⁵. Outras compreensões inclinam muitos pensadores a suporem que as palavras representam ideias na mente do falante. Bem como, há as que conduzem os teóricos a sustentar que os significados das palavras são entidades abstratas ou psicológicas (B&H, 2005, p.28).

Outra implicação, em adotar este tipo de teoria, decorre da ideia de que as palavras pertencem à diferentes categorias gramaticais. Por exemplo, nomes próprios, substantivos, verbos, adjetivos, advérbios, etc. A categoria que uma palavra pertence é, na maioria das vezes, determinada por seu significado que, neste caso, é fornecido pelo tipo de entidade que ela representa. Se a categoria, à qual a palavra pertence, determina sua possibilidade combinatória nas frases, então as possibilidades combinatórias das palavras são determinadas por seu significado, isto é, pela entidade que a mesma representa. Deste raciocínio decorre que palavras que significam cores podem ser combinadas com palavras que significam superfície, *e.g.*, “a janela é amarela”; palavras que significam números podem ser combinadas com muitos termos da linguagem, tal como “havia dois esquilos” e “foram três tentativas ao todo”; e palavras que significam gestos, combinam muito bem com sujeitos animados, tal como “o artista acenou para sua fã”. Bem, tendo tal consideração em vista, isso nos chama atenção para as diversas e variadas possibilidades de combinações de palavras.

Em vista disto, é razoável afirmar que as possibilidades combinatórias, na linguagem, *refletem* as possibilidades de combinação, dos objetos, na realidade. Dito de outro modo, o que é possível na linguagem, por assim dizer, *espelha* o que é possível na realidade. Esta afirmação não destoa da linha argumentativa que ilustra o elemento lógico-semântico, presente nas filosofias contemporâneas sobre a linguagem, ao qual a filosofia do *Tractatus* não escapou quando concebeu que as palavras – os nomes simples – representam as entidades que significam. “O nome significa o objeto. O objeto é seu significado. O nome substitui, na proposição o objeto” (TLP, 3.203 e 3.22). O elemento mencionado opera dentro da estrutura de pensamento agostiniana da linguagem. Devido a isto, foi também contemplado pela crítica de Wittgenstein.

O segundo tipo de teoria filosófica que, de acordo com Baker e Hacker (2005, p. 6), resulta da imagem agostiniana da linguagem, correlaciona as palavras com os significados. Nas teorias deste tipo, temos a seguinte ideia: cada palavra significativa está relacionada com um significado determinado. Neste caso não é a nomeação, mas a

⁵ Faço uso da sigla ‘TLP’ para remeter à obra *Tractatus Lógico-Philosophicus* de Wittgenstein.

significação enquanto uma relação semântica conceitual, da linguagem com o mundo, que nos fornece o significado linguístico. Conforme esta compreensão, as palavras podem ser definíveis ou indefiníveis. “Palavras definíveis são explicadas, por meio de outras palavras, em uma definição verbal. Seus significados são fornecidos especificando as condições necessárias e suficientes para a sua aplicação. Palavras indefiníveis, por sua vez, constituem os pontos nos quais a linguagem está, *diretamente*, ligada com a realidade” (B&H, 2005, p. 29). Os nomes logicamente simples ligam a forma proposicional com objetos definidos. As palavras indefiníveis estão diretamente conectadas com o dado – seja um dado interno ou um dado externo. Um dado interno refere-se, dentro desta concepção teórica, a uma sensação ou ato mental, enquanto um dado externo conecta a linguagem com a realidade por meio de causação e associação. Adotar este tipo de teoria implica aceitar uma estratificação da linguagem, na qual “as palavras indefiníveis, por possuírem conexão direta com a realidade, ocupam lugar de maior destaque e importância do que as palavras definíveis verbalmente” (ALSTON, 1977, p. 98). De toda forma, neste tipo de teoria a significação da linguagem depende, direta ou indiretamente, da realidade.

Um terceiro tipo de teoria, o qual podemos chamar de *teoria da definição ostensiva* (B&H, 2005, p. 7), também está incluído no catálogo das teorias que possuem a imagem agostiniana da linguagem – ou imagem primitiva da linguagem – como fundamento da sua doutrina. O reconhecimento do papel explicativo de sentenças afirmativas precedeu o reconhecimento, de tais sentenças, como *definições verdadeiras sobre o mundo*. Podemos, a partir da interpretação de Baker e Hacker, elencar as teses desta teoria da seguinte maneira: “(i) A ostensão é o instrumento de conexão da linguagem com a realidade; [...] é por meio dela que o conteúdo é injetado na teia das palavras”⁶ (B&H, 2005, p. 30). O mesmo raciocínio foi empregado por Wittgenstein quando, no *Tractatus*, concebeu seu isomorfismo semântico. Consoante com o pensamento de Wittgenstein, no *Tractatus*, quando a proposição é verdadeira, o mundo e a linguagem se encontram em um isomorfismo perfeito. Esta ideia implica uma correspondência total entre linguagem e realidade – entre nomes e objetos. Do que pertence aos objetos, no discurso, só temos acesso aos nomes, e “os nomes não podem mais ser desmembrados” (TLP 3.26; 3.262).

⁶ Tradução da autora.

No *Tractatus*, Wittgenstein faz uso de uma representação primitiva da linguagem (B&H, 2005, p. 50), quando concebeu que os nomes funcionam como *sinais primitivos* e “os significados dos sinais primitivos podem ser explicados através de elucidações como proposições que empregam os sinais primitivos. Dessa forma, só podem ser entendidos quando já se conhecem os significados desses sinais” (TLP 3.263). Os nomes são os sinais simples dos objetos simples, lógicos e atômicos, que constituem o conteúdo proposicional. Este conteúdo deriva de um fato do mundo, ao qual a proposição está relacionada. “À configuração dos sinais simples no sinal proposicional corresponde a configuração dos objetos na situação” (TLP 3.21).

Outra tese que, na interpretação de Baker e Hacker, é frequentemente encontrada nas teorias da definição ostensiva, sustenta que “(ii) A *definição* ostensiva envolve apontar para algo e dizer: “Este é ‘A’”, conectando, assim, a palavra ‘A’ com o objeto que é seu significado”⁷ (B&H, 2005, p. 8). O argumento desta tese defende que, se por um lado temos a palavra que nomeia, por outro lado temos a sua referência no mundo. A fim de explanar a linha argumentativa aqui empregada, citamos Hax (2016) na seguinte afirmação: “Proferimos para um aprendiz da linguagem ‘isto é um cavalo’, na presença de um cavalo, para que o aprendiz integre uma apresentação perceptual e uma apresentação intelectual da espécie cavalo. Isso é chamado de ‘definição ostensiva’” (HAX, 2016, p. 30).

Este tipo de definição, acredita-se, não sofre maiores dificuldades em atuar no esclarecimento do significado dos termos da nossa linguagem. Visto que, a fim de entender um nome de um particular, a única coisa necessária é estar familiarizado com esse particular. Quando se está familiarizado com esse particular há um entendimento final, adequado e completo do nome e nenhuma informação adicional é necessária. Porém, como ressalta Wittgenstein, “quem descreve o aprendizado da linguagem dessa forma, pensa, acredito eu, primeiramente, em substantivos como ‘mesa’, ‘cadeira’, ‘pão’ e em nome de pessoas. Somente em segundo plano, em nomes de certas atividades e qualidades e nas espécies restantes de palavras como algo que irá se encontrar” (IF §1). Nomear e descrever seriam, deste modo, as duas funções primordiais que, na estratificação da linguagem, ocupam o primeiro plano. Os significados dos termos de segundo plano ficam condicionados ao significado das palavras que nomeiam e sentenças que descrevem (ALSTON, 1977, p. 98-99).

⁷ Tradução da autora.

Ao que parece, então, é a ostensão que nos faz experienciar, diretamente na realidade, o objeto ou o estado de coisas. Presumimos que desta experiência resulta a posse do conteúdo cognitivo com o qual, na interação epistêmica com o objeto, foi permitido ter acesso. Consoante Hax, “foi em razão dessa constatação que termos como ‘proposição’ foram introduzidos (na linguagem) para designar o conteúdo do pensamento” (HAX, 2016, p.149). Esta citação ilustra como a imagem de linguagem agostiniana torna prestigiado o uso que faz da definição ostensiva. E o torna em tal medida que é na definição ostensiva que o debate sobre a significação é encerrado. Isso pois, apresentar o fato, a coisa ou a entidade que faz menção ao conceito, é pôr fim às dúvidas acerca do significado deste conceito.

Por conseguinte, (iii) “As definições ou explicações ostensivas devem ser definitivas”⁸ (B&H, 2005, p. 8). É na definição ostensiva que, segundo esta teoria, *a pá encontra a rocha*, e o final das explicações do significado ocorre. Outras formas de explicar o significado linguístico dependem, em última instância, das definições ostensivas, em virtude de que apenas estas entram em contato direto com a realidade. Além disso, a definição ostensiva deve ser *inequívoca*, do contrário, a teia da linguagem que ela conecta à realidade seria, ela mesma, radicalmente indeterminada. Do mesmo modo, a definição ostensiva deve ser *completa*, ou seja, determinar totalmente a aplicação da palavra que liga ao mundo. Isso parece ainda mais plausível se os significados das palavras forem concebidos como determinantes de sua aplicação.

Ao conectar a palavra com o objeto que significa, a aplicação da palavra deve ser corrigida. Em razão disto, verdades sintéticas necessárias sobre propriedades não analisáveis fluem da natureza das entidades, que são os significados dos nomes simples. E se, por exemplo, uma definição ostensiva fornece uma explicação completa do que cada palavra denomina, então uma cor significaria algo como uma *verdade necessária* de que nada pode ser, ao mesmo tempo, todo vermelho e todo verde. Cada uma dessas cores, por assim dizer, não pode ocupar, simultaneamente, a mesma posição da mesma forma como dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar no espaço. Tais constatações devem ser derivadas da natureza objetiva das cores (B&H, 2005, p. 9).

Na imagem de linguagem, ilustrada até aqui, é a definição ostensiva que indica o ponto final da linguagem e o início da realidade, e o contrário, o ponto final da realidade e o início da linguagem. Melhor dito, é o ponto onde ambas se tocam. A definição

⁸ Tradução da autora.

ostensiva atua, na imagem agostiniana da linguagem, como o elo que torna eficiente nossa linguagem, sugerindo a si mesma como uma das partes principais de todo o processo de significação. Em outros termos, a definição ostensiva é usada, dentro da concepção que estamos discutindo, como o *critério de verdade*, capaz de transformar uma linguagem dúbia e ambígua, como a comunicação cotidiana, em uma linguagem objetiva, clara e confiável. Uma linguagem ideal para os interesses científicos e precisos. Ao mesmo tempo, a definição ostensiva define os limites do dizível, bem como o seu modelo metodológico, qual seja a análise lógica filosófica.

Esta análise lógica, empregada nos escritos filosóficos sobre o tema, interpreta a linguagem como sendo um instrumento de conhecimento, o qual nos auxilia na relação epistêmica com a realidade. A partir dessa interpretação, à qual somos constrangidos aceitar, construímos um protocolo teórico do significado que elege, basicamente, os conceitos de ‘referência’ e de ‘verdade’ para os seus fluxos processuais (HAX, 2016). Este modo de proceder traz consigo compromissos reincidentes na história da filosofia, sejam eles de ordem lógica, ontológica ou epistêmica. Problemas tradicionais da filosofia, como o problema de unir linguagem, realidade e pensamento, entre muitos outros, acompanham esses expedientes. “Wittgenstein pretendia revelar os contrassensos a que fora levada a filosofia tradicional por considerar que todas as palavras têm a função de nomear objetos, e que todas as sentenças são combinações de nomes e funcionam com descrição de fatos” (DONAT, 2008, p. 18). Para apontar os aspectos problemáticos da definição ostensiva, e da imagem agostiniana, Wittgenstein concebeu os jogos de linguagem.

O texto das *Investigações* tenta mostrar os equívocos contidos na imagem agostiniana, e na maneira que ela emprega a definição ostensiva, não para substituí-la por outra teoria, mas por uma tomada de consciência de que toda teoria da linguagem é nociva, pois sempre haverá aspectos agostinianos agindo através dela esvaziando, por sua vez, a gramática das expressões envolvidas. Na §115 das *Investigações Filosóficas* Wittgenstein diz o seguinte: “Uma imagem mantinha-nos prisioneiros. E não podíamos escapar, pois ela residia em nossa linguagem, e esta parecia repeti-la para nós, inexoravelmente” (IF §115). Na passagem, Wittgenstein se refere à imagem agostiniana da linguagem.

A identificação da imagem agostiniana, como um paradigma subjacente de uma estrutura inquestionável, permite uma melhor compreensão das teorias que a ela aderem, e ver o que as unem em profundidade a despeito das diferenças superficiais.

(CHAUVIRÉ, 1989, p. 143) Wittgenstein não fez nenhuma exposição sistemática da imagem agostiniana, embora estava convencido de que havia uma familiaridade em todas as teorias que dela derivaram. Diante disto, ele sutilmente evidenciou os elementos agostinianos contidos na estrutura das teorias filosóficas. Esses elementos aparecem, de forma clara, no emprego das palavras como nomes, e dos enunciados como combinações de nomes. “Além destes elementos, a busca pela ‘referência’ e pela ‘verificação’ também são frutos de inspirações agostinianas encontrados na grande maioria das teorias da linguagem”. (CHAUVIRÉ, 1989, p. 144)

Wittgenstein claramente pensou em si mesmo como alguém que sucumbiu aos encantos da concepção agostiniana da linguagem, admitindo que muitos dos elementos agostinianos, criticados por ele, podem ser encontrados em sua primeira obra. Na luta contra os problemas filosóficos, que herdou de Frege e Russell, Wittgenstein assumiu o ponto de vista, supostamente inquestionável, de que a função *básica* das palavras é nomear as coisas, sendo que as palavras que cumprem esta função têm um significado e que o significado, por seu turno, é o objeto representado.

Esta maneira de nos relacionarmos com a linguagem, que busca pela essência da significação, em um cenário onde o nomear aparece como um dos elementos essenciais da comunicação, conduz os filósofos a interpretar a linguagem como um objeto de estudo para o qual é necessário apresentar uma teoria explicativa. Nas palavras de Araújo temos:

Tornar a referência como problema central para a semântica e para a filosofia da linguagem, [...] implica uma tomada de posição relativamente à linguagem: poder dizer o que é o caso, isto é, formular proposições com significação e capacidade referencial, a fim de estipular seu valor de verdade. Implica igualmente tomar posição quanto à filosofia, a de que sua tarefa mais nobre é resolver o problema epistemológico, o do critério de verdade, pela busca de certeza e objetividade obtidas pelo confronto das representações mentais com relação ao mundo representado. Não se trata de contestar a função da lógica ou da análise semântica da linguagem, cujas análises são pertinentes e procedentes. O problema está em permanecer nesse patamar em que a linguagem fica restrita à análise lógico-semântica, como se a linguagem pudesse funcionar num mundo à parte. (ARAÚJO, 2005, p. 91-92).

Nesta passagem encontramos um trecho importante que sintetiza uma das principais críticas, de Wittgenstein, à imagem agostiniana da linguagem. Esta crítica faz menção ao fato de que todas as teorias filosóficas sobre o funcionamento da linguagem,

apresentadas até então, permanecem em um patamar que separa e distingue o mundo e a linguagem. Todavia, é justamente este posicionamento separatista que torna necessária, ou melhor dizendo, que justifica a elaboração de uma teoria com vistas a unir esses dois âmbitos. Em face desta constatação, é fundamental esclarecer que “o problema da relação entre mundo e linguagem, o qual tenta ser solucionado pelas inúmeras teorias decorrentes da imagem agostiniana da linguagem – e do conceito de ostensão – não precisa e nem *pode/deve* ser resolvido” (ARAÚJO, 2004, p. 97). Mas pode ser dissolvido, desfazendo-se a confusão gramatical que lhe origina, através do esclarecimento do funcionamento da linguagem. Dado que grande parte do que se considerou tradicionalmente os “problemas filosóficos mais profundos” deve sua origem a uma incompreensão da forma como a linguagem, efetivamente, funciona. Ainda em tempo, é sensato destacar que a concepção primitiva do funcionamento da linguagem, decorrente da imagem agostiniana, é uma das fontes da confusão gramatical. Este caráter problemático é acentuado pela força de atração da estrutura agostiniana de pensamento presente na maioria dos escritos daqueles que refletiram sobre a representação linguística.

Isto posto discutiremos, a partir de agora, sobre a crítica de Wittgenstein à concepção agostiniana, sobretudo à ostensão e sua sugestão de uso para este conceito. Veremos que Wittgenstein não emprega a definição ostensiva como um critério de verdade, tal como ocorre na imagem agostiniana da linguagem, mas sim como um critério de correção para a nossa relação linguística perante a vida. Este uso apresenta a ostensão como uma regra de gramática, demonstrando a vantagem de não incorrer nos mesmos problemas que o uso agostiniano, enquanto critério de verdade, apresenta. Para entendermos melhor o uso normativo, que Wittgenstein propõe, passemos à próxima seção.

II

Nesta seção veremos como Wittgenstein propõe o uso da ostensão como uma regra de gramática, que funciona como um critério de correção de aplicação dos termos da linguagem. Neste raciocínio, a ostensão funciona como uma amostra pertencente ao meio de representação, e não ao objeto representado. Além disso, Wittgenstein considera a definição ostensiva como parte integrante da gramática, o que vai de encontro com a proposta agostiniana da linguagem, a qual assume a ostensão como o caminho para sair da gramática e adentrar na realidade. Uma extensão natural da imagem agostiniana da

linguagem é a ideia de que a definição ostensiva é o meio pelo qual a linguagem se conecta com a realidade. Ao conceber a essência das palavras como sendo sua função de nomear, e o nomear como um correlacionar da palavra com o que ela significa, é natural supor que o mecanismo pelo qual os nomes simples e indefiníveis são, portanto, correlacionados com seus significados é a definição ostensiva. Se o nomear for concebido como sendo a base da nossa linguagem, então a definição ostensiva parece ser o ponto em que, podemos dizer, saímos da linguagem e entramos no mundo real, pois, ao definir ostensivamente um nome simples estamos, com isso, vinculando o nome a uma entidade na realidade.

Essa entidade é o que a palavra, assim definida, significa. E é em virtude dessa ligação entre palavra e mundo que a teia da linguagem adquire conteúdo, uma vez que é por referência a essa ligação que explicamos o que termos indefiníveis podem significar. Disso se depreende que saber o que uma palavra significa é saber, então, qual objeto, entidade, coisa ou estado de coisas, está correlacionado com a expressão na relação de significar (B&H, 2005, p. 33). Neste contexto, compreender uma língua é um estado mental, em que o ato de significar é intrinsecamente intencional. A intencionalidade pode ser considerada como a conexão entre a linguagem e a realidade. As palavras e proposições nos conduzem para algum objeto ou estado de coisas no mundo real. A intencionalidade das palavras e proposições encontra-se naquilo para *o que* a nossa atenção se volta quando somos *afetados* por sua pronúncia, de modo que, quando ouvimos a palavra ‘vermelho’ ou uma proposição como ‘o vestido que Emma usava era vermelho’, *evocamos* no pensamento (nos vem em mente) a imagem de uma pessoa usando um vestido vermelho. Nesta concepção, significado ou intenção tornam-se métodos de projeção de uma palavra ou sentença.

Tal concepção estava indiscutivelmente implícita no *Tractatus*, e passou a dominar o mundo anglófono da filosofia analítica da linguagem, na segunda metade do século XX. Atos mentais de significação e de interpretação são o que dão vida para os *sinais mortos* da linguagem. A intencionalidade da linguagem é derivada da intencionalidade intrínseca desses atos ou atividades mentais (B&H, 2005, p. 33). Saber o que uma palavra significa requer conhecimento do objeto ou entidade que é o seu significado. Neste prisma, não é possível saber, e.g., o que significam as palavras coloridas sem ter tido a experiência de ver as cores e sem que esta experiência projetasse algo no espírito de quem experiencia.

Desta maneira, adquirimos um vocabulário a partir de um conjunto de experiências. Aprender uma linguagem é, principalmente, aprender rótulos de conceitos que já fazem parte de seu aparato conceitual, pois vieram pela experiência (B&H, 2005, p. 34). A criança costuma abordar a linguagem como uma compreensão intuitiva de conceitos como objeto físico, intenção humana, volição, causa, objetivo e assim por diante. Estes conceitos constituem a estrutura do pensamento e linguagem. Se a definição ostensiva é a base da linguagem, então o conhecimento é o fundamento da compreensão.

Isso porque, dentro do raciocínio ostensivo, o significado de uma sentença deve ser determinado por, ou ser uma função de, significados de suas palavras constituintes. Se as palavras significativas em uma frase estão correlacionadas com entidades, que são seus significados, parece natural supor que o arranjo de palavras em uma sentença representa um arranjo possível das coisas nomeadas. Se o arranjo das coisas que estão correlacionadas com as palavras de uma sentença é, de fato, o arranjo especificado pela sentença, então o que ele diz é verdade. Disso segue o pensamento de que a descrição é parte essencial de uma proposição. À vista disso, um adendo natural à ideia de Agostinho, de que a essência das palavras é nomear, é a ideia posterior de que a essência das sentenças é descrever: sentenças declarativas descrevem como as coisas estão, e são usadas para *afirmar* o que é o caso; sentenças imperativas descrevem como as coisas não estão, e são usadas para *ordenar* o que deve ser feito; e sentenças interrogativas descrevem um arranjo de coisas e costumam perguntar *se* é dessa forma que as coisas estão (B&H, 2005, p. 36).

Contudo, essa doutrina contém um problema que, até então, não havia sido observado. Não se trata do problema ontológico de ligar um nome da linguagem com um objeto do mundo. Nem do problema epistemológico de vincular uma ideia ou imagem mental com a linguagem e a realidade. Afinal, como Wittgenstein proporia algo totalmente novo respondendo um problema moldado sob a velha estrutura inquestionável? O problema apontado por Wittgenstein é o de que a definição ostensiva, admitida em caráter *dado* na relação humana com a linguagem pode, ela mesma, ser colocada em questão. Questionar a ostensão é questionar o alicerce de tudo o que se afirmou até aqui. E este questionamento autêntico pode ser indicado como um ponto do pensamento de Wittgenstein que o coloca como um dos percursores da *Virada Pragmática*.

No *Caderno Azul*, Wittgenstein (1965, p.1) levanta a seguinte questão: “Será necessário compreender a própria definição ostensiva? - Não poderá a definição ostensiva ser mal compreendida?”. Wittgenstein não descarta a possibilidade de aceitar, como

perfeitamente exata, uma explicação da palavra ‘dois’, por exemplo, apontando para um par de nozes e dizendo ‘Isso é chamado de ‘dois’’ (IF §28). No entanto, deve ser afastada a ideia de que tal explicação ocorre pelo seu valor nominal. Isto é, que entendemos o que significa ‘dois’ pela suposta nomeação de um numeral abstrato. Uma objeção apontada por Wittgenstein é a de que uma explicação ostensiva do número ‘dois’ pode, facilmente, ser mal interpretada. Neste caso, poderia ter sido interpretada como o nome próprio do par de nozes para o qual foi apontado. Com isso, Wittgenstein expõe o fato de que a definição ostensiva, até então incontestável, está aberta a interpretações errôneas (IF §28).

Interpretar de maneira errônea uma definição por ostensão é, e.g., dizer que uma palavra numérica é o *nome* de um número (ou de uma entidade abstrata), visto que uma afirmação deste tipo apenas invoca a forma de representação da imagem agostiniana, qual seja: a palavra ‘dois’ *significa* ‘o número dois’. Isso é, na melhor das hipóteses, uma proposição vazia e, na pior, enganosa (B&H, 2005, p. 38). Os problemas que surgem desta consideração ocorrem, primeiramente, pela imposição de uma uniformidade espúria em uma gama numérica infinita. Em segundo lugar, trata as palavras numéricas como nomes de propriedades de ordem, o que obscurece as diferenças importantes entre palavras numéricas e expressões de generalidade, e.g., entre ‘três’ e ‘todos’ (B&H, 2005, p. 38). Com isso, Wittgenstein argumenta que o que deve ser assimilado na compreensão de palavras numéricas é o significado como uso, não como entidade que, por manipulações artificiais de conceitos, são tidas como ‘representativas’.

Nas *Investigações* Wittgenstein traz, pertinentemente, à discussão outro exemplo para demonstrar a insuficiência da nomeação, ou designação ostensiva, em dar conta da linguagem nos seus múltiplos aspectos: tomemos hipoteticamente uma pessoa que vai à feira fazer compras, levando consigo um papel onde está escrito: ‘cinco maçãs vermelhas’ (IF §1). Quando partimos da imagem agostiniana da linguagem, a tendência é considerar que numerais, expressões dêiticas e alguns advérbios designam da mesma forma que a palavra ‘maçã’ designa um objeto, ou a palavra ‘vermelha’ designa uma cor. Os três signos aqui elencados (cinco, maçãs, vermelhas) tendem a serem simplificados e se transformarem, cada um, em um objeto a ser designado.

A procura pelo significado de cada um destes signos envolveria determinar a qual objeto eles se referem e, no entanto, se trata de uma aplicação completamente diferente para cada um dos casos. Como saber, de fato, ao que se referem através da definição ostensiva: ao formato, à cor, ao material? Segundo Wittgenstein, esses aspectos tornam evidentes o fato de que a definição ostensiva não é definitiva ou completa, como fora

suposto pela imagem agostiniana. Além de deixar claro que, no dia a dia, o que precisa ser suposto, em uma situação assim, é que a pessoa que foi às compras sabe se comportar de maneira correta, isto é, sabe o que fazer com o bilhete e com os termos ‘maçã’, ‘vermelho’, e ‘cinco’ (B&H, 2005, p. 38).

Wittgenstein argumenta que considerar todas as palavras como nomes, e todas as sentenças como descrições, implica uma má compreensão do funcionamento da linguagem por gerar uma concepção equivocada de significação. Deste modo, percebeu que não se trata de estudar a distinção entre os elementos linguísticos e os extralinguísticos, mas a maneira como cada palavra é usada, pois são os diferentes usos que determinarão o significado. Isto marcou um dos tópicos centrais em sua fase pós *Tractatus*: compor uma imagem da linguagem irrestrita, sem se remeter à noção de essência, que pudesse dar conta de suas múltiplas manifestações efetivas. Wittgenstein ampliou a noção de gramática para além dos substantivos, das expressões dêiticas e dos advérbios. Além disso, chamou nossa atenção para o fato de que a ostensão não é tudo aquilo que chamamos de linguagem, e sua utilidade se aplica em *alguns* domínios, não no *todo* que se pretendia apresentar.

Por oportuno, Wittgenstein não pretendeu mostrar que as definições ostensivas são defeituosas em comparação com outras formas de explicações do significado. Pelo contrário, seu objetivo foi provar que elas são formas legítimas de explicar os significados de muitas expressões, mas não são especialmente privilegiadas; elas não lançam as bases da linguagem. A definição ostensiva é realocada, não descartada por Wittgenstein (B&H, 2005, p. 105). Segundo ele, a ostensão encontra sua importância na maneira como o ser humano legitimou o seu treinamento linguístico.

Wittgenstein reconhece a importância da ostensão, ressaltando que o problema não está na própria consideração de que palavras servem para nomear objetos, e sentenças servem como descrição de fatos. O problema está na *ânsia de generalização*, presente na filosofia tradicional, que considerou o nomear como a única possibilidade e, a partir da qual, tentou determinar as condições necessárias e suficientes para toda a significação linguística (DONAT, 2008, p. 27). Portanto, de acordo com este raciocínio, seria um equívoco supor que tudo o que preocupava o autor das *Investigações* era encontrar a *cura* dessa síndrome de confusões propondo, no lugar dela, uma nova teoria da linguagem (B&H, 2005, p. 37). Wittgenstein não oferece uma teoria da linguagem, muito menos uma teoria da significação para uma linguagem natural. Ideias que ele, certamente, teria repudiado. O que Wittgenstein oferece, no seu trabalho pós *Tractatus*, são

esclarecimentos gramaticais e reposicionamento de conceitos como: ‘nome’, ‘palavra’, ‘significado de uma palavra’, ‘significando algo por uma palavra’, ‘explicação do significado da palavra’, ‘definição ostensiva’, ‘amostra’, ‘proposição’, ‘usos de sentenças’, e assim por diante.

Essas realocações são abordadas, por Wittgenstein, em uma conversa com Friedrich Waismann quando, no seu retorno à academia filosófica em 1932, fez o seguinte comentário: “No *Tractatus*, análise lógica e definição ostensiva *não* eram claras para mim. Naquele tempo eu *supunha* que havia ‘uma conexão entre linguagem e realidade’”⁹ (B&H, 2005, p. 81). A concepção de que há uma conexão entre linguagem e realidade, de acordo com Wittgenstein, está equivocada. Linguagem e realidade não são duas coisas distintas que compartilham a mesma forma lógica, como foi proposto no *Tractatus*. Na realocação conceitual, feita pelo autor, ambas são dadas pela gramática, isto é, pela vida. Claro está que a definição ostensiva tem seu lugar e é usada para explicar certos signos primitivos de maneira totalmente satisfatória. Mas estes signos não são, como eram no *Tractatus*, explicados por elucidação – que consiste em uma proposição empírica tal como: ‘Isto é x’. Em vez de elucidação, explica-se por definição ostensiva, ao passo que esta não é uma explicação verdadeira ou falsa acerca de um predicado. Antes, a definição ostensiva é uma regra para uso do *definiendum* ‘x’, com a qual o objeto apontado é uma *amostra* definidora e não o significado do *definiendum*. A amostra definidora pertence aos meios de representação, e não ao que é representado (B&H, 2005, p. 104).

Dito de outro modo, a definição ostensiva é constituinte de uma regra gramatical que especifica o significado do *definiendum*. *Aqui o significado é o uso*. Disso deriva que a definição ostensiva não liga palavras e mundo, porque tudo ocorre dentro da linguagem. Não podemos usar a linguagem para sair da linguagem. Porque, se usamos a linguagem para explicar a linguagem caímos, então, em um círculo vicioso. “O que é falado só pode ser explicado na linguagem, e portanto, nesse sentido, a própria linguagem não pode ser explicada. A linguagem deve falar por si” (GF §1)¹⁰. Logo, a ostensão não precisa mais ocupar a função de unir duas coisas que foram outrora separadas; passando a ocupar a função de um corretor gramatical.

A definição ostensiva não precisa, nem deve, ser considerada como aquilo que une linguagem e realidade. Pensar dessa maneira é um equívoco herdado da imagem agostiniana, pois confunde uma amostra, que pertence ao meio de representação, com um

⁹ Tradução da autora.

¹⁰ Usarei a sigla ‘GF’ para me remeter à obra *Gramática Filosófica* de Wittgenstein.

objeto a ser representado. Tal como no *Tractatus*, quando Wittgenstein afirmou que o significado de um nome se dá por elucidação. Esse equívoco fomenta a ideia de que a semântica reflete a natureza essencial dos objetos correlacionados com expressões, por meio da definição ostensiva, como se as possibilidades combinatórias e relações internas fluíssem da natureza desses objetos.

Por conseguinte, definições ostensivas não conectam palavra e mundo. Elas explicam palavras, e dessa forma permanecem dentro da linguagem, isto é, dentro dos meios de representação. “Neste jogo não há nada exposto, mas um meio de exposição” (IF §50). “É mais natural e causa menos confusão se incluirmos os padrões nos instrumentos da linguagem” (IF §16). Além disso, afirmar que a ostensão, enquanto um padrão/amostra, pertence aos meios de representação é mais vantajoso quando se está consciente de que esta afirmação não é uma afirmação dogmática, mas sim uma recomendação de uma terminologia com a finalidade de facilitar uma visão geral da linguagem (B&H, 2005, p. 114). Ela promove a percepção de que as explicações explicam apenas dentro da linguagem.

Definições ostensivas não relacionam a linguagem com algo fora ou diferente dela, como se poderia supor. Elas não promovem uma confrontação do signo com a realidade, por meio da qual se pretenderia, por exemplo, que se constitua seu significado. Situa-las dentro da linguagem resulta em compreendê-las como não mais do que uma regra de transformação. Desta perspectiva elas não poderiam ser apresentadas como a oportunidade privilegiada em que linguagem e realidade são confrontadas (e que marcaria o ponto final da análise). (CARVALHO, 2014, p. 154-155).

O trecho citado nos ajuda a compreender como a definição ostensiva pode ser entendida como uma regra na nossa linguagem. Para Wittgenstein, a definição ostensiva funciona como uma amostra que auxilia no emprego correto dos termos. Prudente frisar que, nem toda definição ostensiva faz uso de objetos como amostra. Por exemplo, uma explicação ostensiva de ‘sul’ não usa de nenhum objeto (B&H, 2005, p. 115). De igual modo como não é o caso de tratar toda explicação, por meio de uma amostra, como uma definição ostensiva. Ampliar a noção de ostensão, para além do ato de apontar, nos permite contemplar explicações ostensivas pelo uso de gráficos ou tabelas, coisa que não lográvamos fazer. Portanto, parece pertinente distinguir definições ostensivas por meio de amostras como uma espécie dentro de um gênero de explicações por amostras.

De acordo com o raciocínio de Wittgenstein, ‘amostras’ fazem parte de uma família de palavras que inclui ‘tipo’, ‘padrão’, ‘modelo’, ‘exemplo’, ‘paradigma’, ‘arquétipo’, ‘protótipo’, etc. Embora seus usos e aplicações sejam semelhantes, elas são distinguíveis entre si. Todavia, em vez de explorar qualquer diferença sutil entre os termos, o conceito de ‘amostra’ será usado com a consciência de que seus “limites são fluidos, e não rígidos” (B&H, 2005, p. 107). Isso porque, a gama de amostras utilizadas em definições ostensivas é ampla e heterogênea, e o seu estatuto de uso dependerá de como ela é usada, e não do tipo de entidade que refere. Isso se torna mais claro se recorrermos a um exemplo. Vejamos, muitas concessionárias de veículos possuem os chamados ‘test drive’, no qual o modelo do veículo é usado como amostra. Alguns desses veículos são vendidos ao final das campanhas comerciais, o que faz com que deixem de ser amostras. Por outro lado, um veículo antigo, que serviu para o uso de transporte de passageiros, pode se tornar uma amostra, como ocorre nas exposições de veículos antigos. No primeiro caso temos uma amostra que perdeu o seu papel e, no segundo caso, o contrário, algo que não era, mas passa a ser amostra.

Outro aspecto fluído dos limites do emprego da ostensão, como amostra, aponta que um mesmo objeto pode ter múltiplos usos enquanto amostra. “Um pedaço de tecido, *e.g.*, pode ser usado como uma amostra para uma cor, para um tipo de tecido, para um formato de corte, entre outros” (B&H, 2005, p. 115). Esses aspectos demonstram que chamar algo de amostra é caracterizar suas funções e não suas características intrínsecas. Evidenciar as características intrínsecas não seria possível, ao passo que as amostras entram nas atividades humanas de várias maneiras, por exemplo, amostra de cores, de sons, de cheiros, de tamanho, de peso, de qualidade, de quantidade, etc..

Apesar disso, ainda que o conceito de amostra apresenta fluidez, há de se considerar que uma amostra deve representar, na gramática da vida, aquilo do que ela é uma amostra. Fluidez aqui quer dizer flexibilidade, e não algo que pode ser usado sem critério, com desatino ou estupidez. A amostra serve, na definição ostensiva, como um padrão de correção. Por conseguinte, não é válido usar, por exemplo, um objeto vermelho como amostra para a cor azul. Ou usar um cavalo como amostra de um elefante. É importante destacar, segundo Baker e Hacker (2005), o papel normativo que as amostras possuem. Normalmente devem funcionar como um padrão de correção, ao qual é possível apelar sempre que se precise justificar ou criticar os usos e reproduções da linguagem.

A compreensão de Wittgenstein, de que as amostras pertencem ao meio de representação e não ao objeto representado, foi um passo crucial para minar a ideia de

ostensão como conexão entre linguagem e realidade. Isto posto, e no intuito de contextualizar melhor a proposta de Wittgenstein, seguimos discutindo sobre os alcances e os limites da definição ostensiva enquanto regra da gramática.

III

Wittgenstein enfatiza a possibilidade de usar definições ostensivas para *explicar* uma ampla gama de expressões, tais como cores, nomes próprios, nomes de coisas, de formas, de tipos ou espécies, verbos e até mesmo palavras numéricas e operadores lógicos. Nestes casos, dar definições ostensivas dessas expressões é explicar corretamente o que significam. A definição ostensiva não se restringe mais aos indefiníveis, como na imagem agostiniana da linguagem, onde é usada como um elo que une, diretamente, um significado com um objeto no mundo. Nem ocupa mais um lugar privilegiado, passando a ser uma regra de gramática entre outras. De acordo com Baker e Hacker:

Apontar para uma bola de tênis e dizer ‘Isso é esférico’ é uma explicação correta de ‘esférico’, embora seja possível dar uma definição lexical e analítica da palavra. Que uma definição lexical esteja disponível, não implica que uma definição ostensiva seja ilícita ou inferior. Ao longo de um amplo alcance, explicações ostensivas são equipolentes com várias formas lexicais de explicações, incluindo definições analíticas¹¹. (B&H, 2005, p.105).

Esta passagem argumenta que a classe de definições ostensivas se funde, imperceptivelmente, em explicações de diferentes formas. Não há, podemos dizer, um abismo entre definições ostensivas e definições analíticas, antes “há um aspecto contínuo de elos e conexões familiares” (B&H, 2005, p.105). Ainda em tempo, reconhecer que a gama de expressões definíveis ostensivamente é muito mais ampla do que a imagem agostiniana pressupõe é reconhecer que sua amplitude advém da sua fluidez. Seus limites também não são claros, e sim fluidos. Isto não significa dizer que não há limites, mas que, desde que seja reconhecido, pouco importa onde é traçado o limite da ostensão.

Reconhecer os limites da ostensão importa mais para uma realocação do lugar privilegiado da definição ostensiva, do que para apontar as fronteiras de sua atuação. Existe um conjunto de exemplos paradigmáticos de definições ostensivas. Os casos centrais de explicações ostensivas envolvem um gesto de apontar, um algo apontado e

¹¹ Tradução da autora.

uma fórmula verbal. Por exemplo, explicar o que é vermelho apontando para uma rosa vermelha; explicar o que é o metro apontando para um objeto que contenha um metro; apontar para um siamês e dizer, “aquilo é um gato”; ou explicar o que é o número dois apontando para duas nozes. Esses paradigmas se assemelham, uns aos outros, em muitos aspectos em que as semelhanças se tornam, mais ou menos, atenuadas à medida que nos afastamos dos casos centrais e nos aproximamos dos casos periféricos (B&H, 2005, p. 107).

Ainda sobre os limites da ostensão, podemos notar que facilmente apontamos para uma cor, para um gato ou algumas nozes. Mas é possível apontar para um som, ou para um cheiro, como se aponta para um gato? Depende dos limites do que conta como apontar, diria Wittgenstein. Uma situação possível seria dizer: ‘Cheire, isto é cúrcuma’, e com o dedo indicador mergulhado em cúrcuma, aproximá-lo do olfato do interlocutor. O gesto de apontar aqui difere do apontar para um gato. Isso para mostrar que os limites do apontar não são claros. Assim como não são claros os limites do que conta como o que é apontado. Quando apontamos para algo, apontamos para o objeto, para a sua cor, forma, textura, peso, comprimento ou quantidade? Todas as respostas podem ser colocadas como corretas. Muitas vezes temos um ato de apontar bem definido, mas que deixa vago o que é apontado, outras vezes o contrário.

Se, ao ensinar uma criança o significado de ‘lápiz’ se aponta para um lápis amarelo, a criança poderá interpretar que o termo ‘lápiz’ nomeia a cor amarela; poderá também acreditar que ‘lápiz’ é o nome para objetos de madeira; ou concluir que ‘lápiz’ é aquilo que pesa algumas gramas de quilo. Neste caso, o significado dependerá da intenção do orador, pois este pode significar um número, uma cor, uma forma, uma substância, um peso etc. A questão é saber quais são as possíveis instâncias de substituição de ‘x’ na expressão ‘apontando para x’. E, como são muitas as possibilidades, fica evidente que o uso, assim como os limites da definição ostensiva, é fluido e não rígido. Cabe ressaltar que a fluidez não é um elemento que atrapalha a comunicação humana. Pelo contrário, ela auxilia na normatividade da ostensão, ampliando os seus horizontes de atuação. A definição ostensiva fornece um padrão de correção para a maioria dos casos, mantendo, com isso, seu aspecto normativo. A normatividade está na gramática do uso linguístico, não em um elo ontológico com a realidade.

Tal normatividade, sugerida por Wittgenstein, atende como uma norma de representação contingente, e não como descrições necessárias da natureza (B&H, 2005, p. 344). Importante salientar que fornecer um padrão para correção de uso de um termo

não é o mesmo que oferecer uma verdade empírica, a qual daria significado ao termo. O lugar de um padrão ou um modelo, que é onde Wittgenstein coloca a ostensão, é um lugar maleável, diferente do nomear agostiniano que fez da ostensão o vínculo da linguagem com a realidade, em que o conceito é amarrado ao objeto ou ao fato. Quando um padrão ou um modelo é adotado, em substituição ao conceito agostiniano de significado, as práticas da vida contam como explicações adequadas e critérios de compreensão da linguagem (B&H, 2005, p. 71). Em consequência disso, não se pode afirmar que definições ostensivas, enquanto regras de uso, são incompletas. Mas a completude presente nelas não está à sombra de como a realidade se encontra; antes, seu escopo é o agir humano na vida cotidiana, que faz a definição ostensiva ser adequada, correta e normalmente completa.

Com isso, Wittgenstein sugere que as definições ostensivas são regras, que pertencem à gramática, e não o fundamento da linguagem pelo qual nomeamos signos *mortos*. A definição ostensiva tem um papel normativo na linguagem. Ela orienta o comportamento humano, fornecendo padrões de correção para o uso das expressões cujos significados elas explicam. Como quando pedimos um copo de água ao dono da casa e ele, devido ao seu treinamento na linguagem, com o auxílio da definição ostensiva, nos alcança um copo, e não um balde, contendo água, e não vinagre. Isso porque, ele sabe jogar com as regras da gramática em que o pedido ‘Traga-me um copo de água’ exige tal e tal comportamento.

Nesse prisma, perguntas do tipo: ‘Como é possível que uma definição ostensiva desempenhe o papel normativo para uma regra?’, ou ‘Como ela pode funcionar como um padrão de correção?’, podem ser postas. Em outras palavras, requer-se saber como a definição de ‘o vestido é vermelho’ funciona como uma regra de aplicação do termo ‘vermelho’, e não como uma informação verdadeira sobre a cor do vestido. Contudo, essas objeções estão sob o fulcro de uma incompreensão do conceito de ostensão quando se espera que, ao usar a definição ostensiva se está, com isso, descrevendo um objeto particular. De acordo com o raciocínio de Wittgenstein esta premissa está incorreta. A definição ostensiva não é uma descrição, mas pode ser usada como uma regra que explica, não o objeto, mas o uso do termo ‘vermelho’, isto é, explica o que é, para qualquer objeto, ser vermelho (B&H, 2005, p. 112). Na §88 da obra *Gramática Filosófica*, diz Wittgenstein:

‘Aqui está um retalho vermelho’ e ‘Aqui não está um retalho vermelho’. A palavra ‘vermelho’ ocorre em ambas; portanto essa palavra não pode indicar a presença de algo vermelho. A palavra ‘vermelho’ faz sua função apenas no contexto propositivo. A incompreensão não consiste em tomar o significado da palavra ‘vermelho’ como sendo o sentido de uma sentença que diz que algo é vermelho? (GF §88).

Destarte, o argumento de Wittgenstein afirma que usar a definição ostensiva, como *explicação do significado*, não é o mesmo que usá-la como descrição de um objeto, ao passo que usá-la desta forma consiste na própria incompreensão do termo. Afinal, para que a definição ostensiva funcione, ela depende de um conhecimento gramatical prévio, em que o *definiendum* já esteja localizado graças à gramática da forma de vida à qual pertence. Para clarificar, recorremos à seguinte passagem:

Poder-se-ia dizer, portanto: a definição ostensiva explica o uso – o significado – da palavra, caso já esteja claro que papel a palavra tem que desempenhar na linguagem. Se sei, no entanto, que alguém quer me explicar a palavra para uma cor, neste caso a explicação ostensiva ‘isto se chama ‘Sépie’ vai me ajudar na compreensão da palavra. (IF § 30).

Ou seja, até mesmo a função de designar uma cor, ou um objeto, apenas pode ser corretamente compreendida se já se tem algum conhecimento da maneira como aquela palavra é empregada. Não é possível saber, *a priori*, o que exatamente está sendo designado (BB, p. 26); antes disso deve estar claro o *papel* que o termo designado deve desempenhar na linguagem (IF § 30).

Não obstante, existe uma razão para conceber a definição ostensiva com fins ao uso da linguagem. Mas para isso a mesma deve ser entendida aqui não somente enquanto ‘explicar’, mas ‘treinar’, visto que ela envolve o método frequente pelo qual os mais novos são introduzidos na língua materna, ou pelo qual se ensina aos estrangeiros a língua nacional. O objetivo do ensino, entretanto, não é que aprendamos a lançar eternamente os mesmos signos linguísticos nos respectivos objetos referenciais; ele intenciona, antes de tudo, ao treino para o uso de uma linguagem específica. Uma graduação em Filosofia, e.g., nos treina em uma linguagem específica. O mesmo acontece com a Contabilidade, com o Direito e com a Gastronomia. “Toda a explicação tem o seu fundamento no treino. (Os educadores deviam lembrar-se disso)”. Wittgenstein concebe a definição ostensiva enquanto ‘ensino ostensivo’, o qual constitui uma importante forma de treinamento, ou adestramento, para o uso da linguagem humana. Por fim, a eficácia da definição ostensiva foi reduzida, mas salvaguardada. Para elucidar este fato, cabe verificarmos o lugar

importante, mas não privilegiado, ao qual Wittgenstein conduziu a ostensão. Este lugar, qual seja, o lugar do ensino ostensivo, é um lugar pelo qual todos nós passamos, e com o qual inserimos nossos falantes na língua.

Considerações Finais

O objetivo de Wittgenstein, com os jogos de linguagem, era a solução, ou melhor, a dissolução dos problemas filosóficos, através do esclarecimento do funcionamento da linguagem. Wittgenstein afirma que, ao filosofar, muitas vezes tem-se a tendência a aceitar certas *imagens de linguagem* como naturais. Entre estas imagens está a concepção segundo a qual a significação se baseia na relação das palavras com entidades correspondentes, sejam estas objetos físicos ou ideias na mente. Essa imagem é ilustrada logo no início da obra *Investigações Filosóficas*, com uma citação de Santo Agostinho.

A importância que tem, para Wittgenstein, a visão agostiniana da linguagem está no fato de que ela representa uma “determinada imagem da essência de linguagem humana” (IF § 1), que de uma maneira ou outra estaria presente em toda consideração tradicional da linguagem e do significado linguístico. Esta imagem é, para a maior parte da humanidade, a maneira natural de pensar sobre a natureza da linguagem. Além do mais, ela exhibe as raízes da concepção filosófica acerca do significado de uma palavra sendo, portanto, a fonte de equívocos sobre o funcionamento da linguagem, nos quais grande parte dos filósofos incorreram. À vista disto, uma das tarefas das *Investigações* é mostrar como esta imagem leva ao erro.

De acordo com a visão agostiniana, o funcionamento da linguagem se explica por meio de uma análise, cujo final mostra que a relação entre linguagem e mundo se estabelece pela correlação existente entre nomes e objetos. Contudo, esta concepção filosófica do significado de uma palavra, como sendo uma entidade correlacionada a ela, está enraizada em uma imagem primitiva do funcionamento da linguagem: a saber, que as palavras são nomes e proposições são combinações de nomes. Neste sentido, o caráter primitivo é aquele que simplifica demasiadamente os fenômenos linguísticos.

A visão agostiniana desconsidera o fato de que as palavras são diferentes entre si, no sentido de que ocupam papéis diferentes na linguagem, e trata a todas elas uniformemente. Como consequência dessa uniformidade das palavras, a visão agostiniana privilegia os substantivos (mesa, cadeira, pão) e, apenas em segundo plano, considera outros tipos de palavras que de alguma forma ainda funcionariam como nomes

(“de certas atividades e qualidades”) e qualquer outra espécie de palavras “como algo que se terminará por encontrar” (palavras como *agora, isto, e, mas, etc.*). Neste escopo, o nomear seria a função essencial da linguagem.

Contra essa visão, e evitando uma abordagem dogmática, Wittgenstein afirma que o significado da linguagem se origina no uso comum e que, por isso, é dependente desse uso comum das palavras, que acontece dentro de jogos de linguagem. Seu objetivo é abalar a ideia de que a essência de palavras é nomear coisas, e a concepção de que frases nomeiam fatos, cuja essência deve ser afirmativa. Causa mais perplexidade pensar que as distinções que traçamos, entre os tipos de palavras, decorrem dos tipos de coisas que as palavras representam, do que pensar que elas decorrem dos tipos de uso que delas fazemos. Semelhante a isto, o significado das proposições não pode ser reduzido à relação de figuração de fatos, como queria o *Tractatus*. Segundo Wittgenstein, o que leva a tais conclusões é, mais uma vez, um equívoco gerado pela má compreensão do funcionamento da linguagem, somado à ânsia filosófica por generalização e ao desejo de explicação.

É com a concepção essencialista da linguagem que os filósofos se envolvem e que os faz buscar a essência da proposição, para compreender a essência da linguagem. Esta essência deveria expressar a forma geral e universal da linguagem e que, portanto, explicaria o funcionamento exato e definitivo da linguagem. No entanto, Wittgenstein alerta que o essencialismo não passa de uma ilusão gerada por uma má compreensão do funcionamento da linguagem. O que nos confunde é a aparente uniformidade das palavras, quando estas nos são ditas, ou quando com elas nos defrontamos na escrita e na imprensa. Pois seu *emprego* não nos é tão claro. E especialmente não o é quando filosofamos (IF § 11). Ou seja, é principalmente quando filosofamos que nos deixamos levar pela aparente uniformidade das palavras, e passamos a acreditar que todas podem ser *explicadas* da mesma maneira. Contudo, o insucesso de não alcançar a explicação universal demonstra a insuficiência da consideração de que o significado se constitui na relação entre palavras e objetos, e da metodologia de perguntar pelo “quê” significa um termo linguístico, em vez de perguntar pela explicação do mesmo.

Perguntas como: “O que significa esta palavra?” nos convida a pensar a linguagem abstraindo-a de seu uso cotidiano e, portanto, formar uma falsa imagem de como ela funciona. Quando fazemos este tipo de pergunta temos uma ideia particular da forma de resposta necessária, que está ligada à definição ostensiva e à ideia de apontar para *o que* é significado por uma palavra. Mas, vimos que é o *uso* de uma palavra que mostra seu

significado, e não um objeto que pode ser apontado. Uma mesma palavra pode exercer, na comunicação, funções completamente diferentes. Por isto, colocar todas as palavras em um mesmo esquema explicativo não acrescenta em nada na busca para estabelecer uma característica comum, que poderia ser identificada como a essência, do significado.

Wittgenstein introduz o conceito de jogo de linguagem a fim de destacar o fato de que a linguagem funciona na vida prática e ativa dos falantes. Wittgenstein demonstra que, no ato de abstração, estamos dando as costas a tudo o que é essencial para o funcionamento real da linguagem, ou seja, é nosso ato de abstrair a linguagem de seu emprego cotidiano que a transforma em algo morto, cuja capacidade de representar clama por explicação.

Do que foi exposto e discutido, podemos concluir, então, que do abandono da busca por uma explicação universal da linguagem, e do processo de significação, que poderia elucidar todo o funcionamento da linguagem através de uma teoria semântica sistemática, podemos ver de forma clara que a linguagem comporta uma multiplicidade de usos que não podem ser reduzidos a um único uso. O funcionamento da linguagem deve ser esclarecido tendo sempre em vista as múltiplas e variadas atividades linguísticas. E é nessa multiplicidade e variedade que os jogos de linguagem compreendem o funcionamento da linguagem, de maneira não dogmática, nem sistemática, mas fluída.

Referências

- ALSTON, P. W. **Filosofia da Linguagem**. Tradução: Álvaro Cabral, 2ª ed. Rio de Janeiro/RJ: Zahar Editores, 1977
- ARAÚJO, I. L. **Do signo ao Discurso**: Introdução à Filosofia da Linguagem. Parábola Editorial: Ipiranga. 2004
- BAKER, G. P.; HACKER, P. M. S. **Wittgenstein**: Understanding and Meaning. An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations (Parte I - Essays). Oxford: Blackwell, 1980
- CHAUVIRÉ, C. **Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar Editor Ltda, 1989.
- DONAT, M. **Linguagem e Significado nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein**: uma análise do argumento da linguagem privada. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo. 2008.
- FREITAS, E.; SILVA, I. Gramática dos Jogos de Linguagem e Significado no Segundo Wittgenstein. **Kínesis**, v. X, n. 25, p. 128-148, 2018.
- GLOCK, H.-J. **Dicionário**: Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- HACKER, P. M. S. **Natureza Humana**: Categorias fundamentais Porto Alegre: Artmed Editora S. A., 2007.
- HAX, B. **Pensamento e Objeto**: A Conexão entre linguagem e realidade. Pelotas: NEPFIL online, 2016.

- MCGINN, M. **Wittgenstein and the Philosophical Investigations**. London, Routledge Philosophy Guidebooks, 1997
- RYLE, G. **The Concept of Mind**. London. Routledge Philosophy Guidebooks, 2009.
- RUSSELL, B. **The Problems of Philosophy**. London: Oxford University Press, 1967.
- URDANOZ ALDAZ, T. **Historia de la Filosofía**. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1984.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo. Nova Cultural, 1975.
- WITTGENSTEIN, L. **The Blue and Brown Books: Preliminary Studies for the 'Philosophical Investigations'**. New York. 2ª Ed. Harper Perennial, 1960.
- WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. Edusp: São Paulo. 2010.
- WITTGENSTEIN, L. **Gramática Filosófica**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- WITTGENSTEIN, L. **Ludwig Wittgenstein und der Wiener Kreis, shorthand notes recorded by F. Waismann, ed. B. F. McGuinness**. Oxford: Blackwell, 1967.

Recebido em: 21/04/22

Aprovado em: 25/05/23